



Admin e Finanças SEMAF <adm.pmac@gmail.com>

Solicitação de aceite de prorrogação de vigência contratual.

2 mensagens

Admin e Finanças SEMAF <adm.pmac@gmail.com>
Para: starttecnologiaadm@gmail.com

7 de outubro de 2025 às 15:51

OFICIO nº 298/2025-SEMAF/PMAC

Augusto Corrêa-PA, 07 de outubro de 2025.

À empresa**CGD SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA****CNPJ nº 38.015.902/0001-74**

Endereço: Avenida Governador Magalhães Barata, S/N

Bairro Santa Cruz, CEP: 68.610-000, Augusto Corrêa/PA

Assunto: Solicitação de aceite de prorrogação de vigência contratual.

Prezados,

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, vem por meio deste informar que tem interesse em aditivar o prazo do contrato nº **20240750**, referente a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 240901/2024**, do seguinte objeto: **Contratação de serviços de locação e instalação de câmeras, licença de monitoramento e serviços de armazenamento de imagens, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa/PA.**

Diante da iminência do vencimento do Contrato nº **20240750**, previsto para o dia 15/10/2025, considera-se a prorrogação do referido instrumento a alternativa mais adequada, em razão de aspectos econômicos, financeiros e técnicos.

Ressalta-se, ainda, que a prorrogação contratual está alinhada ao princípio da vantajosidade, assegurando a continuidade dos serviços dentro dos parâmetros já estabelecidos. Cabe apenas à contratada manter o cumprimento de suas obrigações junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, garantindo a conformidade legal e regulatória das atividades prestadas.


Sendo assim, solicitamos à empresa, caso haja interesse na proposta de aditamento de prazo, que encaminhe à esta Secretaria – localizada na Praça São Miguel, nº 60, Bairro São Miguel, ou por e-mail: adm.pmac@gmail.com, a **Carta de Aceite**, cópia do contrato, cópia do extrato do contrato, além das seguintes certidões: Certidão de Débitos Negativos (CDN) relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Municipal e Certidão Estadual Tributária e Não Tributária.

Certo de que podemos contar com a sua colaboração, agradeço antecipadamente, ao tempo que reitero protesto de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL RODRIGO SILVA DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Decreto nº 001/2025

Segue em anexo o ofício assinado.

 **1. Ofício 298.2025 para EMPRESA - CGD ass.pdf**
2224K

Start Tecnologia <starttecnologiaadm@gmail.com>
Para: Admin e Finanças SEMAF <adm.pmac@gmail.com>








9 de outubro de 2025 às 13:26

Boa tarde,

Segue anexo documentos solicitados

Att,
Marcos David
[Texto das mensagens anteriores oculto]

7 anexos

-  **c1_ACEITE_assinado.pdf**
208K
-  **Certidão de Débitos Negativos (CDN) relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.pdf**
85K
-  **Certidão Estadual Tributária e Não Tributária..pdf**
82K
-  **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.pdf**
85K
-  **Certidão de Regularidade do FGTS (CRF).pdf**
103K
-  **Contrato nÂ° 20240750 - CGD ServiÃ§os Tecnologicos LTDA_assinado.pdf**
2127K
-  **Certidão Municipal.pdf**
12K

OFICIO nº 298/2025-SEMAF/PMAC

Augusto Corrêa-PA, 07 de outubro de 2025.

À empresa

CGD SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA

CNPJ nº 38.015.902/0001-74

Endereço: Avenida Governador Magalhaes Barata, S/N
Bairro Santa Cruz, CEP: 68.610-000, Augusto Corrêa/PA

Assunto: Solicitação de aceite de prorrogação de vigência contratual.

Prezados,

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, vem por meio deste informar que tem interesse em aditivar o prazo do contrato nº **20240750**, referente a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 240901/2024**, do seguinte objeto: **Contratação de serviços de locação e instalação de câmeras, licença de monitoramento e serviços de armazenamento de imagens, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa/PA.**

Diante da iminência do vencimento do Contrato nº **20240750**, previsto para o dia 15/10/2025, considera-se a prorrogação do referido instrumento a alternativa mais adequada, em razão de aspectos econômicos, financeiros e técnicos.

Ressalta-se, ainda, que a prorrogação contratual está alinhada ao princípio da vantajosidade, assegurando a continuidade dos serviços dentro dos parâmetros já estabelecidos. Cabe apenas à contratada manter o cumprimento de suas obrigações junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, garantindo a conformidade legal e regulatória das atividades prestadas.

Sendo assim, solicitamos à empresa, caso haja interesse na proposta de aditamento de prazo, que encaminhe à esta Secretaria – localizada na Praça São Miguel, nº 60, Bairro São Miguel, ou por e-mail: adm.pmac@gmail.com, a **Carta de Aceite**, cópia do contrato,

cópia do extrato do contrato, além das seguintes certidões: Certidão de Débitos Negativos (CDN) relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão de Regularidade do FGTS (CRF), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Municipal e Certidão Estadual Tributária e Não Tributária.

Certo de que podemos contar com a sua colaboração, agradeço antecipadamente, ao tempo que reitero protesto de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL RODRIGO

SILVA DE

ARAÚJO:75723077287

RAFAEL RODRIGO SILVA DE ARAÚJO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto nº 001/2025

Assinado de forma digital por

RAFAEL RODRIGO SILVA DE

ARAÚJO:75723077287


Dados: 2025.10.07 15:40:52 -03'00'

TERMO DE ACEITE.

A Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa/PA

CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA - ME, CNPJ nº 38.015.902/0001-74, sediada na AVENIDA GOVERNADOR MAGALHES BARATA, SN, SANTA CRUZ, CEP: 68.610-000, AUGUSTO CORRÊA – PA, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Giovanni Laredo Leão, portador da cédula de identidade nº 7267572 PC/PA e do CPF nº 02667710258, residente e domiciliado na Rua Newton Miranda, 30 - Águas lindas - Ananindeua- PA, vem através desse, manifestar junto a Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa/PA o interesse na continuação do contrato nº 20240750, que se refere a Contratação de serviços de locação e instalação de câmeras, manutenção e prevenção de câmeras e equipamentos, licença de monitoramento e serviços de armazenamento de imagens, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa-PA da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 240901/2024.

Augusto Corrêa /PA, 09 de OUTUBRO de 2025.

Documento assinado digitalmente
 GIOVANNI LAREDO LEAO
Data: 09/10/2025 13:21:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA - ME.
CNPJ: 38.015.902/0001-74.
GIOVANNI LAREDO LEÃO.
RG: 7267572 PC/PA.
CPF: 02667710258
ADMINISTRADOR.



CONTRATO Nº 20240750

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE AUGUSTO
CORRÊA E A EMPRESA CGD SERVICOS
TECNOLOGICOS LTDA.

O MUNICIPIO DE AUGUSTO CORRÊA, com sede na Praça São Miguel, nº 60, Bairro: São Miguel na cidade de Augusto Corrêa/PA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.873.600/0001-15, neste ato representada pelo Sr. FRANCISCO EDINALDO QUEIROZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal, matrícula funcional nº 128890-3, residente à Rua Joaquim Francisco Gomes, nº 1101, Pratiaçú, Augusto Corrêa/PA, CEP: 68.610-000, e do outro lado a empresa CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA, CNPJ sob o nº 38.015.902/0001-74, com sede na Avenida Governador Magalhaes Barata, S/N, Santa Cruz, CEP: 68.610-000, Augusto Corrêa/PA, de agora em diante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. GIOVANNI LAREDO LEÃO, sócio administrador, residente à passagem Newton Miranda, nº 30, Águas Lindas, CEP: 67.118-420, Ananindeua/PA, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente Instrumento, do qual são partes integrantes da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 240901/2024, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de locação e instalação de câmeras, licença de monitoramento e serviços de armazenamento de imagens, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa/PA.

1.2. Descrição e especificações dos serviços:

| Item | DESCRIÇÃO | QTDE | UND | Valor Unitário | Valor Total |
|------|--|------|-----|----------------|--------------|
| 1 | CAIXA HERMÉTICA VOLT: Comprimento x largura x profundidade: 30x25x9,5 cm. Forma: Quadrada. Grau de proteção: IP20. Em Material Plástico. Montagem: Sobrepor Fixação: BAP ou Fusimex 20 unidades. | 12 | mês | R\$354,27 | R\$4.251,24 |
| 2 | CÂMERAS IP BULLET: Modelo VIP 1230B G4, Qualidade de resolução: HD 1080p. Potência 4.8W. Lugares de montagem: Paredes, tetos e postes. Tipos de conexões: Com fio. Localizações da câmera: Interna/externa. Campo visual: 85°. Com visão noturna: sim. 27 unidades. | 12 | mês | R\$1.339,43 | R\$16.073,16 |
| 3 | DIG IMAGEM IP NVD 32 CANAIS: Quantidade de canais: 32. Resolução máxima de vídeo: 1080p. Tipo de resolução: Ultra HD. Conectores de saída: RJ45. Capacidade de armazenamento: 14TB. Com vídeo ao vivo: sim. Com áudio bidirecional: Sim. Modos de gravação: Detecção de movimento. Altura 53mm. Largura 375mm. Profundidade 289mm. Peso 2,6kg. Uma unidade. | 12 | mês | R\$459,10 | R\$5.509,20 |
| 4 | HD WD PURPLE 8TB: Disco Rígido com Capacidade de 8TB. Com sistema de segurança de dados. Tecnologia de armazenamento HDD. Velocidade de rotação de 7200rpm. Uma unidade. | 12 | mês | R\$476,80 | R\$5.721,60 |
| 5 | CONVERSOR DE PROTOCOLOS PON ONU R1: Tipo de modem: Fibra ótica. Quantidade de portas: 3. Velocidade máxima de conexão suportada: 1000Mbps. Altura x Comprimento x Largura: 2.5cm x 7.3cm x 9cm. 20 unidades. | 12 | mês | R\$407,41 | R\$4.888,92 |



| | | | | | |
|-----------------------|---|----|-----|-------------|---------------------|
| 6 | CÂMERA SPEED DOME: Modelo Ds-2de4215iw-De+Zj. Com Suporte. Lentes FOV (Campo De Visão) Campo de visão horizontal: 53,8 a 4 (Wide-Tele). Campo de visão vertical: 31,9 a 2,3 (Wide-Tele). Campo de visão diagonal: 60,4 a 4,6 (Wide-Tele). Velocidade De Zoom: Aproximadamente. 2,3s (lente óptica, wide-tele). Dimensões 164,5mm 290mm (6,48" 11,42"). Aproximadamente. 2kg (4,41lb). Nível de Proteção Padrão IP66, proteção contra surtos TVS 4000V, proteção contra surtos e proteção contra transientes de tensão. 4 unidades. | 12 | mês | R\$1.909,64 | R\$22.915,68 |
| VALOR TOTAL RS | | | | | RS 59.359,80 |

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. A Proposta do Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR GLOBAL

2.1. O valor total da contratação é de **R\$ 59.359,80 (cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais, oitenta centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Este contrato Administrativo tem como origem à contratação direta por meio do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2022424-A/2024 - SEMAF** que versa sobre a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 240901/2024**.

3.2. Este contrato fundamenta-se no art. 75, inciso II da Lei número Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas posteriores alterações.

3.3. Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A CONTRATADA prestará os serviços, objeto do Contrato, e em conformidade com as ordens de serviço, emitidas pela Prefeitura, de acordo com o Termo de Referência;

CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

5.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 11.4.3. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



5.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá enviar a contratante os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

5.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

5.8. Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

5.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

5.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

6.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

6.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

6.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.10. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

7.1. O prazo de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogável por até 05 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2. Com base no Art. 107 da Lei nº 14.133/21, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem



vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

7.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 13/09/2024.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA 9 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado,
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
- iv) **Multa**:



- moratória de 5 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

9.4.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

9.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.4. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



10.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.6.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

11.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.5. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

11.6. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida da execução mensal do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

11.7. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

11.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

11.10. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.11. Havendo irregularidades, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não se regularize.

11.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A **Contratante** fiscalizará os serviços executados pela **Contratada** a fim de verificar se estão sendo observadas as **CLÁUSULAS** do **Contrato**.

12.2. A fiscalização do cumprimento das obrigações emanadas deste Contrato será realizada pelos servidores **Allann Joseph Souza Teixeira** – Fiscal Titular, matrícula nº 130336-8 e **Jhemerson Rafael Ferreira de Azevedo** – Fiscal substituto, matrícula: 129685-0, designados da Contratante para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. O valor acordado será pago pela Contratante à Contratada, conforme Dotação Orçamentária: **Exercício 2024:**



ESTADO DO PARÁ
MUNICIPIO DE AUGUSTO CORRÊA
CNPJ: 04.873.600/0001-15
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- **Atividade 04 123 0016 2.011 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.** Classificação econômica: 3.3.90.39.00 – Outros serv. de terc. Pessoa jurídica
Subelemento: 3.3.90.39.99 – Outros serv. de terceiros - PJ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da cidade de Augusto Corrêa, o único para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que sejam produzidos os efeitos legais e pretendidos.

Augusto Corrêa/PA, 15 de outubro de 2024.

FRANCISCO EDINALDO
QUEIROZ DE
OLIVEIRA:59353678234

Assinado de forma digital por
FRANCISCO EDINALDO QUEIROZ
DE OLIVEIRA:59353678234
Dados: 2024.10.15 17:20:52
-03'00'

MUNICIPIO DE AUGUSTO CORRÊA
CNPJ Nº 04.873.600/0001-15
CONTRATANTE

CGD SERVICOS
TECNOLOGICOS
LTDA:38015902000174

Assinado de forma digital por
CGD SERVICOS TECNOLOGICOS
LTDA:38015902000174
Dados: 2024.10.16 16:54:34
-03'00'

CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA
CNPJ Nº 38.015.902/0001-74
CONTRATADA

Testemunhas:

1.

CPF:

2.

CPF:



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE AUGUSTO CORRÊA
CNPJ: 04.873.600/0001-15
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°.....: 20240750

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 240901-2024

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE AUGUSTO CORRÊA

CONTRATADA(O).....: CGD SERVIÇOS TECNOLOGICOS LTDA

OBJETO.....: Contratação de serviços de locação e instalação de câmeras, licença de monitoramento e serviços de armazenamento de imagens, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa/PA.

VALOR TOTAL.....: R\$ 59.359,80 (cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2024 Atividade 0301.041230016.2.011 Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R\$ 59.359,80

VIGÊNCIA.....: 15 de Outubro de 2024 a 15 de Outubro de 2025

DATA DA ASSINATURA.....: 15 de Outubro de 2024

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 38.015.902/0001-74
Razão Social: CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA
Endereço: AV GOVERNADOR MAGALHAES BARATA SN / SANTA CRUZ / AUGUSTO CORREA / PA / 68610-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/09/2025 a 25/10/2025

Certificação Número: 2025092605505547893738

Informação obtida em 08/10/2025 15:52:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 38.015.902/0001-74

Razão social: CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA

Nome fantasia: START TECNOLOGIA

| Data de Emissão/Leitura | Data de Validade | Número do CRF |
|-------------------------|-------------------------|------------------------|
| 26/09/2025 | 26/09/2025 a 25/10/2025 | 2025092605505547893738 |
| 06/09/2025 | 06/09/2025 a 05/10/2025 | 2025090605235547893794 |
| 18/08/2025 | 18/08/2025 a 16/09/2025 | 2025081814435547893727 |
| 28/07/2025 | 28/07/2025 a 26/08/2025 | 2025072819355547893740 |
| 09/07/2025 | 09/07/2025 a 07/08/2025 | 2025070904005547893716 |
| 20/06/2025 | 20/06/2025 a 19/07/2025 | 2025062022415547893700 |
| 01/06/2025 | 01/06/2025 a 30/06/2025 | 2025060102275547893718 |
| 13/05/2025 | 13/05/2025 a 11/06/2025 | 2025051304135547893746 |
| 24/04/2025 | 24/04/2025 a 23/05/2025 | 2025042402385547893722 |
| 05/04/2025 | 05/04/2025 a 04/05/2025 | 2025040502445547893744 |
| 16/03/2025 | 16/03/2025 a 14/04/2025 | 2025031605285547893776 |
| 25/02/2025 | 25/02/2025 a 26/03/2025 | 2025022514115547893783 |
| 05/02/2025 | 05/02/2025 a 06/03/2025 | 2025020520455547893754 |
| 17/01/2025 | 17/01/2025 a 15/02/2025 | 2025011704005547893702 |
| 29/12/2024 | 29/12/2024 a 27/01/2025 | 2024122903345547893775 |
| 10/12/2024 | 10/12/2024 a 08/01/2025 | 2024121004155547893729 |
| 21/11/2024 | 21/11/2024 a 20/12/2024 | 2024112104055547893700 |
| 02/11/2024 | 02/11/2024 a 01/12/2024 | 2024110203035547893750 |
| 14/10/2024 | 14/10/2024 a 12/11/2024 | 2024101415325547893771 |
| 25/09/2024 | 25/09/2024 a 24/10/2024 | 2024092522025547893724 |
| 05/09/2024 | 05/09/2024 a 04/10/2024 | 2024090510155547893799 |
| 17/08/2024 | 17/08/2024 a 15/09/2024 | 2024081704425547893767 |
| 29/07/2024 | 29/07/2024 a 27/08/2024 | 2024072911365547893782 |
| 10/07/2024 | 10/07/2024 a 08/08/2024 | 2024071010385547893735 |
| 21/06/2024 | 21/06/2024 a 20/07/2024 | 2024062110095547893754 |
| 02/06/2024 | 02/06/2024 a 01/07/2024 | 2024060202295547893743 |
| 14/05/2024 | 14/05/2024 a 12/06/2024 | 2024051406365547893721 |
| 25/04/2024 | 25/04/2024 a 24/05/2024 | 2024042507521863162040 |
| 05/04/2024 | 05/04/2024 a 04/05/2024 | 2024040518593332456427 |
| 17/03/2024 | 17/03/2024 a 15/04/2024 | 2024031702080617908269 |
| 27/02/2024 | 27/02/2024 a 27/03/2024 | 2024022720014066277803 |
| 08/02/2024 | 08/02/2024 a 08/03/2024 | 2024020819591723256104 |



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA
CNPJ: 38.015.902/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 01:59:31 do dia 08/10/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/04/2026.

Código de controle da certidão: **D7D4.C226.3342.B7E1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Resultado da Consulta de Certidão

CNPJ 38.015.902/0001-74 Período 14/10/2024 a 14/10/2025

Relação das certidões emitidas por data de emissão

| Código de Controle | Tipo | Data - Hora de Emissão | Data de Validade | Situação |
|---------------------|----------|------------------------|------------------|----------|
| D7D4.C226.3342.B7E1 | Negativa | 08/10/2025 - 01:59:31 | 06/04/2026 | Válida |
| 8771.B1FA.76DF.OA3A | Negativa | 08/09/2025 - 15:48:05 | 07/03/2026 | Válida |
| 20AF.DD24.1A10.DA03 | Negativa | 12/08/2025 - 16:05:23 | 08/02/2026 | Válida |
| 0938.1BF8.1EF1.395D | Negativa | 08/08/2025 - 11:04:44 | 04/02/2026 | Válida |
| FAF8.BDFD.64A8.AAE7 | Negativa | 04/08/2025 - 18:56:28 | 31/01/2026 | Válida |

Exibir: 5

1-5 de 19 itens

Página: 1

Expirada: A data de validade da certidão expirou. Os atos praticados entre a data de emissão e data de validade da certidão permanecem válidos.

Válida: Prazo de validade da certidão ainda não vencido. A certidão pode ser utilizada em qualquer ato em que for necessária.

[Voltar](#)[★ Avaliar Serviço](#)[Nova Consulta](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 38.015.902/0001-74

Certidão n°: 60463264/2025

Expedição: 09/10/2025, às 07:36:10

Validade: 07/04/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **38.015.902/0001-74**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

SERVIÇO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

Nome: CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA

Inscrição Estadual: 15.709.357-3

CNPJ: 38.015.902/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza tributária, incritos ou não na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 07:33:16 do dia 09/10/2025

Válida até: 07/04/2026

Número da Certidão: 702025082347895-2

Código de Controle de Autenticidade: DFCE7E98.AB19E0A7.CECD1711.5D170064

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 6º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO



Resultado

Consulta autenticidade de certidões

Nome Empresarial: CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA
Inscrição Estadual: 15.709.357-3
CNPJ: 38.015.902/0001-74
Emitida às: 07:33:16 no dia 09/10/2025
Válida até: 07/04/2026
Tipo Certidão: Negativa Tributaria
Nº Certidão: 702025082347895-2
Código de controle de autenticidade: DFCE7E98.AB19E0A7.CECD1711.5D170064

[Nova consulta](#)

SERVIÇO GRATUITO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDAO NEGATIVA DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA

Nome: CGD SERVICOS TECNOLOGICOS LTDA

Inscrição Estadual: 15.709.357-3

CNPJ: 38.015.902/0001-74

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que **NÃO CONSTAM**, até a presente data, pendências em seu nome, relativamente aos débitos administrados pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda, de natureza não tributária, incritos na Dívida Ativa.

A presente Certidão, emitida nos termos do Decreto n.º 2.473, de 29 de setembro de 2006, e da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, somente produzirá efeitos após a confirmação de sua autenticidade, pela Internet, no Portal de Serviço da Secretaria Executiva de Estado da Fazenda no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Emitida às: 07:33:16 do dia 09/10/2025

Válida até: 07/04/2026

Número da Certidão: 702025082347896-0

Código de Controle de Autenticidade: 9BC9A348.BDA732E0.382DC839.7E9B9735

Observação:

- Nos termos da legislação pertinente a presente Certidão poderá, independente de notificação prévia, ser cassada quando, dentro do período de validade forem verificadas as hipóteses previstas no art. 9º da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de Outubro de 2006, como também em decorrência da suspensão de medida liminar.

- A cassação da certidão será efetuada de ofício, devendo ser dada a publicidade do fato por meio de consulta pública no endereço eletrônico www.sefa.pa.gov.br.

Válida em todo território paraense.

SERVIÇO GRATUITO

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA

Nº: 2566

DADOS DO CONTRIBUINTE

CPF/CNPJ

38.015.902/0001-74

Nome/Razão Social

CGD SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA

Endereço

AVENIDA MAGALHAES BARATA,, SN, SANTA CRUZ, Augusto Corrêa - PA, CEP: 68.610-000

ATIVIDADE PRINCIPAL

6110803 - Serviços de comunicação multimídia - SCM

Requerida em: 09 de Outubro de 2025

Em cumprimento ao despacho exarado em pedido do sujeito passivo acima identificado, protocolado nesta repartição, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar débitos que venham a ser apurados, revendo os arquivos fiscais competentes referentes aos exercícios anteriores e o atual, certificamos que o mesmo possui créditos suspensos ou a vencer. Esta certidão tem os mesmos efeitos da prevista no art.nº 205 do Código Tributário Nacional.

Validade (90 dias): 07 de Janeiro de 2026

Augusto Corrêa - PA, 09 de Outubro de 2025



A autenticidade desta Certidão poderá ser conferida em:
<http://pa.augustocorrea.tributario.aspec.com.br/prefeitura/v>

CERTIFICADO DE VALIDAÇÃO

DOCUMENTO

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

N° DO DOCUMENTO

2566

CPF/CNPJ

38.015.902/0001-74

NOME/RAZÃO SOCIAL

CGD SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO

46HCSKYI

EMIÇÃO DO DOCUMENTO

09/10/2025

VALIDADE DO DOCUMENTO

07/01/2026

Este(a) CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA foi emitido(a) pelo sistema de tributos desta prefeitura e está em conformidade com a legislação municipal vigente no período de sua emissão.

AUGUSTO CORRÊA - PA, 14 DE Outubro DE 2025

DOCUMENTO VALIDADO VIA INTERNET

EM 14/10/2025 AS 16:08:18

<http://pa.augustocorrea.tributario.aspec.com.br/prefeitura/v>





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA
PALACETE BENEDITO CARDOSO DE ATHAYDE
CNPJ: 04.873.600/0001-15

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de Ordenador de Despesas responsável pela **Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa** e uso de suas atribuições Legais e,

Considerando a necessidade do aditivo de prorrogação de prazo do contrato nº **20240750**, que tem por objeto a **Contratação de serviços de locação e instalação de câmeras, licença de monitoramento e serviços de armazenamento de imagens, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa/PA.**

Considerando a justificativa, o termo de aceite da empresa e demais especificações explicitadas nos autos do processo apresentado.

Considerando haver adequação orçamentária e financeira das despesas, a Lei Orçamentária em vigor, conforme atestado pelo Departamento de Contabilidade.

Resolvo:

- I. AUTORIZAR a realização da supracitada despesa;
- II. Determinar ao setor competente que adote as providências necessárias para o devido trâmite do procedimento, nos termos da legislação vigente e em observância ao princípio da economicidade.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Augusto Corrêa (PA), 10 de outubro de 2025.

FRANCISCO EDINALDO
QUEIROZ DE
OLIVEIRA:59353678234

Assinado de forma digital por
FRANCISCO EDINALDO QUEIROZ DE
OLIVEIRA:59353678234
Dados: 2025.10.10 08:40:58 -03'00'

FRANCISCO EDINALDO QUEIROZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Mun. de Augusto Corrêa
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EM: 14 / 10 / 2025
HORÁRIO: 
Responsável